

Interessado:

GERAD

Assunto:

RECURSO ILHA SERVICE e MINDWORKS –PE 2018/012

Identificação:

PREGÃO ELETRONICO 2018/012

Processo nº:

AD-162/2018

Data:

11/04/2019

Operação nº:

ORIGEM DESTINO

INFORMAÇÕES / DATA / ASSINATURA

GERAD

DIRAF

Sr. Diretor,

Conforme disposto no edital do Pregão Eletrônico 2018/012 – **Contratação de central de serviços (Service Desk) para a execução de suporte técnico aos usuários internos e externos e serviços de infraestrutura de redes, sistemas e administração de banco de dados conforme o ITIL (Information Technology Infrastructure Library)**, após fase de lances a classificação final foi:

1. G7 TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA ME – desclassificada – R\$ 1.100.000,00
2. ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – desclassificada R\$ 1.169.000,00
3. NEXA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA – arrematante – R\$ 1.170.000,00
4. MINDWORKS INFORMÁTICA LTDA – classificada – R\$ 1.194.991,00
5. SEPROL – COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA – classificada - R\$ 2.050.000,00
6. DSS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA – classificada – R\$ 10.000.000,00

Tabela 1 - Extraído do site licitacoes-e.com.br - Edital 2018/012

Resumidamente, a licitante G7 TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA ME foi desclassificada no dia 31/01/2019 por não atender aos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira exigidos no Anexo VI do Edital de PE 2018/012. O detalhamento da análise técnica sobre a desclassificação pode ser obtido nas folhas 447/451, 593/594 e 595/597 do processo AD-20/2018 (pasta 3).

Em seguida, a licitante ILHA SERVICE TECNOLOGIA & OUTSOURCING LTDA foi convocada para a apresentação da proposta de preço e habilitação, tendo enviado a documentação de fls. 792/897. Encaminhados os autos para análise da área técnica, a Gerência de Tecnologia da Informação – GETEC apresentou o despacho de fls. 901/913, concluindo não ter havido a comprovação integral do item 7.1 do Anexo VI do Edital de Pregão nº 2018/012.

Em seguida, foi solicitada à licitante, através de diligência, a complementação de alguns dos atestados apresentados, sendo informados os telefones dos responsáveis pela emissão dos mesmos (fl. 916).

Também através de diligências, foram solicitadas maiores informações ao INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência de Santa Catarina, sobre o “Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) proprietário” indicado no atestado, sendo

apresentada cópia do contrato gerado e a nota fiscal de compra relativa ao SDBD informado (fls. 918/920).

Em resposta, a licitante prestou as informações contidas no e-mail de fls. 921/925, ocasião em que apresentou os documentos de fls. 926/967, com o contrato e aditivo firmados com o INCRA.

Após nova remessa à GETEC, foi emitido o despacho de fls. 975/976, com conclusão pela não comprovação da experiência exigida no item 7.1.c do Anexo VI do Edital de Pregão nº 2018.012, a saber, de que a empresa “(...) *prestou ou está prestando serviços similares ao objeto desta contratação, compreendendo serviços de Gerenciamento de Banco de Dados SQL Server.*”

Assim, a licitante foi desclassificada pelo não cumprimento do item referente à qualificação técnica, de acordo com as informações de fls. 901/913, 977 e 978/979 (pasta 3), conforme decisão de fls. 978/979 e 983/984.

Convocada a terceira licitante a apresentar documentação habilitatória e proposta de preços na forma do edital, após negociação, a empresa NEXA TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA reduziu o valor de seu lance final a **R\$ 1.159.999,20 (um milhão, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos)** e apresentou documentação e proposta de preço na forma prevista em edital.

Em análise aos atestados de capacidade técnica, a GETEC afirmou que os documentos apresentados eram válidos e atendiam ao que foi solicitado no item 7 – Qualificação Técnica, conforme parecer técnico presente às fls. 1248/1258.

Em exame aos documentos apresentados não foi encontrada nenhuma inconsistência que pudesse levar à desclassificação da última empresa convocada. Assim, no dia 01/03/2019 foi lançada mensagem no sistema convocando a arrematante à realização da Prova de Conceito, na forma do item 3.12 do Anexo III do Edital de PE 2018/012.

Por ter atendido às exigências da Prova de Conceito, como demonstra o despacho de fls. 1273/1292, a empresa NEXA TECNOLOGIA E OUTSOURCING LTDA fora declarada vencedora do certame, para abertura da fase recursal.

Em seguida, as licitantes Ilha Service Tecnologia e Serviços Ltda. e Mindworks Informática Ltda. interpuseram intenção de recurso.

Em razões, a recorrente Ilha Service Tecnologia e Serviços Ltda. opôs-se à sua inabilitação no certame, alegando que cumpriu todas as exigências contidas em edital. Sustentou, em suma, que o motivo da sua desclassificação não fora objeto de diligência, alegando que prestou serviços à SEBRAE/GO que atendiam à previsão do item 7.1.c. do Anexo VI do Edital de PE 2018/012.

Na oportunidade, opôs-se à forma como foram realizadas as diligências e contestou a não realização de consulta junto ao SEBRAE/GO. Anexou ao seu recurso o instrumento contratual firmado com tal entidade e alegou que, considerando o conteúdo de tal contrato, cumpriu as especificações técnicas pertinentes, pugnando pela revisão da decisão que a declarou inabilitada do certame.

Por sua vez, a recorrente MINDWORKS INFORMÁTICA LTDA., em razões de recurso, requereu a desclassificação da arrematante, à alegação de que fora apresentado atestado de capacidade técnica oriundo de contrato com escopo incompatível com o objeto licitado, não tendo sido comprovado, portanto, o cumprimento do item 7.1, alínea f, do Anexo VI do Edital.

Alegou, ainda, que a licitante declarada vencedora da disputa “ofertou planilha de preços com inúmeros erros de preenchimento, incluindo preços unitários irrisórios ou de valor zero, manifestamente inexecutáveis, o que é motivo suficiente para a **desclassificação** de sua proposta.”

A arrematante NEXA TECNOLOGIA E OUTSOURCING LTDA apresentou contrarrazões às fls. 2167/2432.

Por fim, fora juntada a análise da Gerência de Tecnologia da Informação – GETEC, acerca das considerações dos recursos (fls. 2454/2455).

É o relatório.

a) DA TEMPESTIVIDADE

As intenções de recurso foram interpostas no site www.licitacoes-e.com.br no dia 21.03.2019 e os recursos administrativos foram apresentados no dia 26.03.2019, pela licitante ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA e no dia 28.03.2019, pela licitante MINDWORKS INFORMÁTICA LTDA (fls. 1298/1299).

Da mesma forma, após a apresentação do recurso, a empresa NEXA TECNOLOGIA E OUTSOURCING LTDA apresentou suas contrarrazões no dia 04.04.2019 nos mesmos termos que a recorrente, conforme estabelecido no item 18.4 do Edital.

Desta forma, são tempestivos tanto o recurso quanto as contrarrazões apresentadas.

b) ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA

Insurge-se a recorrente contra a sua desclassificação, à alegação de que não houve diligências no sentido de se permitir que a *“empresa recorrente apresentasse os documentos que afastariam a conclusão incorreta que opinou pela conclusão incorreta que opinou pela desclassificação desta Recorrente”*.

Argui que o contrato referente aos serviços prestados no SEBRAE/GO comprova a execução de serviços de Gerenciamento de Banco de Dados SQL Server.

A decisão que fundamentou a desclassificação da ora recorrente - ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. - teve por base a análise técnica efetuada nos atestados apresentados, conforme despacho de fls. 901/913 e fls. 975/976, bem como as diligências vertidas no sentido de buscar os esclarecimentos necessários a complementar as informações prestadas na documentação já apresentada.

No despacho de fls. 901/913, emitido pela Gerência de Tecnologia de Informação – GETEC, verifica-se que **nenhum dos atestados apresentados atendeu à exigência contida no item 7.1.c**

do Anexo VI do Edital de Pregão nº 2018/012, ou seja, a recorrente ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA. não comprovou *“que prestou ou está prestando serviços similares ao objeto desta contratação, compreendendo serviços de Gerenciamento de Banco de Dados SQL Server.”*

Analisando o conteúdo do despacho supracitado, foi necessário efetuar diligência para obter maiores informações acerca do atestado emitido pelo INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência Regional de Santa Catarina. Isso porque, nos termos da avaliação da GETEC, em tal atestado *“consta indicação de software Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados proprietário, porém não indica qual o SGBD, não podemos afirmar que se trata do SQL Server. Entendemos que o item não está atendido”*. (grifei).

Assim, para fins de esclarecer a dúvida referente ao implemento, ou não, do requisito técnico em referência, foi necessário lançar mão da diligência junto ao INCRA, o que ocorreu na forma do despacho de fl. 920. Em seguida, com a resposta do INCRA, a GETEC confirmou o não preenchimento do item 7.1.c. do Anexo VI do Edital pela recorrente, nos termos do despacho de fls. 975/976 e decisão de fls. 978/979.

No tocante ao atestado emitido pelo SEBRAE/GO, mencionado em razões de recurso, é de se ressaltar que o mesmo ***não menciona a prestação de serviços de Banco de Dados SQL Server***. Tal informação já é suficiente a evidenciar o não preenchimento das condições objetivas delineadas no item 7.1.c. do edital de Pregão 2018/012. Em razão de tal fato, pelo conteúdo do atestado apresentado, repise-se – inquestionável no sentido do não preenchimento de um item técnico – prescindiu-se da realização de diligência.

Nesse ponto, ao contrário do que restou mencionado pela recorrente, é necessário ressaltar que as diligências devem ser adotadas sempre que houver alguma dúvida, imprecisão ou seja necessário confirmar alguma informação contida na documentação apresentada pelo licitante.

Como restou mencionado linhas acima, as diligências foram adotadas junto ao INCRA, no presente caso, **em razão de o atestado apresentado ter deixado dúvidas** com relação à informação prestada. Em sentido oposto está o atestado emitido SEBRAE/GO, que não apresentou nenhuma informação sobre os serviços de Gerenciamento de Banco de Dados SQL Server, demonstrando claramente que não foram realizados os serviços exigidos no item 7.1.c do Anexo VI do Edital.

Ora, as diligências devem se destinar a **complementar informações ou dados já existentes**, e não a criá-los, sob pena de clara violação ao princípio do julgamento objetivo e do tratamento isonômico entre os licitantes. Ademais, não há um procedimento formal a ser adotado para a condução das diligências, que – entretanto - deve ser norteadas pelos princípios que regem a licitação, como foram no presente caso.

Por outro lado, a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta é que é vedada ao Pregoeiro.

Assim, embora tenha sido lúdica a condução e a análise da documentação apresentada pela licitante à ocasião desclassificada, considerando-se o presente recurso e os documentos

acrescentados – repise-se – a destempo, encaminhei os autos à área técnica para apreciação. Em conclusão, a **GETEC reiterou a análise anterior**, conforme se vê no despacho de fls. 2454/2455.

Ao contrário do que foi informado pela recorrente, observa-se no conteúdo do termo de contrato firmado junto ao SEBRAE/GO, como bem mencionado pela área técnica, **que não há informação acerca do “Gerenciamento de Banco de Dados Microsoft SQL Server”**.

Ademais, confirmando tal conclusão, também restou claro no contrato em evidência a indicação de que “o SEBRAE/GO será responsável pela execução de suporte especializado nível 3, que compreende: gerenciamento de servidores, correios eletrônicos, banco de dados, rede, armazenamento de dados (storage) e soluções de segurança” (grifou-se). Essas informações foram destacadas pela GETEC, a quem coube aferir a adequação técnica do documento acrescentado aos autos na fase recursal.

Dessarte, como concluiu a própria área técnica, a *“atividade de gerenciamento de banco de dados é de responsabilidade do SEBRAE/GO, não sendo relacionada como uma das atividades de competência da contratada”*.

Corroborando tal informação, verifica-se no item 3, que trata das “Especificações dos Serviços”, subitem 3.2 do contrato em referência, a seguinte informação:

“3.2. A presente contratação **NÃO compreende os serviços de atendimento e suporte técnico especializado de 3º nível**, visto que os mesmos serão prestados pelos analistas SEBRAE/GO alocados na Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação.” (grifei)

Resta claro, então, que **a conclusão obtida na análise do atestado de capacidade técnica emitido pela SEBRAE/GO está em consonância com o conteúdo do contrato firmado com a recorrente**, ou seja, a recorrente não prestou os serviços de Gerenciamento de Banco de Dados de SQL Server.

Assim, como já fora evidenciado na decisão ora recorrida, a empresa ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. não implementou o requisito objetivo contido no subitem 7.1.c do Anexo VI do Edital de pregão nº 2018/012, motivo pelo qual as razões apresentadas em recurso não devem prosperar.

c) ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE MINDWORKS INFORMÁTICA LTDA.

Contesta a recorrente a habilitação da empresa NEXA TECNOLOGIA & OUTSOURCING LTDA. à alegação de que, em suma, a arrematante apresentou *“atestado de capacidade técnica oriundo de contrato com escopo incompatível com o objeto licitado, não logrando êxito em comprovar sua qualificação técnica exigida no item 7.1, alínea “f”, do Anexo VI do Edital (...)”*

Em contrarrazões, a arrematante Nexa Tecnologia & Outsourcing Ltda. informa, em síntese, *“Que o contrato firmado entre a Recorrida e a Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, prevê, conforme descrito nos Anexos do edital de nº 007/2009, a prestação de serviços não especificados, mas que tenham alinhamento ao objeto contratado, até porquê, o contrato ora mencionado é de horas de serviços para suporte técnico à infraestrutura de Tecnologia da Informação da CESAN.”*(sic)

Na oportunidade, foram protocolizados “os artefatos resultantes dos Serviços prestados à CESAN, no qual constam todas as informações pertinentes a execução dos serviços prestados no Órgão, constando inclusive de documentos assinados por profissionais da CESAN durante a execução dos serviços citados no Atestado apresentado.”

Procedida à oitiva da área técnica acerca das razões e contrarrazões recursais, sobreveio como conclusão o seguinte:

- *“Avaliando a cópia do contrato enviado, verificamos que seu objeto indica a ‘execução de serviços de suporte técnico à infra-estrutura de tecnologia da informação da Cesan’. Entendemos que os serviços descritos no atestado estão cobertos por essa definição.*
- *Verificamos o material encaminhado pela Nexa Tecnologia & Outsourcing, e entendemos que é relativo às atividades citadas no atestado. No material é possível verificar lista de participantes da CESAN nos treinamentos realizados.*
- *Entendemos, ainda, que o fato de o contrato não prever uma atividade específica não significa que aquele serviço não foi realizado, da mesma forma que a existência de uma atividade prevista não significa que ela foi realizada. As mudanças e evoluções tecnológicas, bem como as necessidades das contratantes podem variar ao longo de um contrato, que pode se estender por 05 (cinco) anos, dessa forma, havendo comum acordo, entendemos que é possível que a empresa preste serviços não previstos no contrato (ou não preste serviços previstos). E, obviamente, a contratante deve atestar a realização desses serviços.*
- *Poderia ser realizada diligência junto à CESAN para confirmar a execução dos serviços, porém, considerando a existência do material apresentado, com assinaturas de empregados da contratante, e o atestado emitido pela contratante, entendo que não há dúvidas com relação à execução dos serviços, demonstrando a experiência exigida.*

3. Conclusão

Entendemos que os recursos apresentados não tem elementos, nem apontam situações que gerem a necessidade de revisão da decisão do processo licitatório.”

Efetuada a análise técnica, cabe examinar os aspectos procedimentais e contrapor o conteúdo das exigências do edital e a documentação habilitatória apresentada com as alegações contidas nas razões de recurso.

Com a presente licitação, esta Instituição almeja o seguinte:

“1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de uma Central de Serviços (Service Desk) para a execução de suporte técnico aos usuários internos e externos e serviços de infraestrutura de redes, sistemas e administração de banco de dados conforme o ITIL.

1.2. A licitação também deve contemplar:

1.2.1. Software de Service Desk que possua um conjunto de ferramentas e métodos que suportem a função de Central de Serviços em ITIL conforme especificado no Anexo III (Especificação do Software para a Central de Serviços).

1.2.2. Software de Service Desk com todas as licenças necessárias para o seu uso conforme descrito no item de título “Modelo de contratação, licenciamento e outros direitos de propriedade”, do Anexo III (Especificação do Software para a Central de Serviços).

1.2.3. Implantação e treinamento dos profissionais da CONTRATADA e CONTRATANTE, na gerência de TI do Bandes, sobre o uso do Software de Service Desk fornecido.”

Alinhada ao objeto da presente licitação, a alínea “f” do item 7 do Anexo VI do Edital de Pregão 2018/012 - cuja implementação fora contestada pela ora recorrente - exigia a comprovação a seguir descrita:

“7. Qualificação Técnica:

7.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, contendo, obrigatoriamente, o nome do órgão ou pessoa jurídica que contratou os serviços, o nome da empresa interessada que está participando do edital, a indicação sumária dos serviços realizados, a Página | 86 identificação e telefone das pessoas que assinam a declaração e o período de realização dos serviços comprovando:

(...)

f. Que realizou o desenho e implantação dos seguintes itens em conformidade com a biblioteca ITIL:

- Função Service Desk (Central de Serviços);
- Processo de Gerenciamento de Incidentes.
- Processo Gerenciamento de Problemas.
- Processo Gerenciamento de Mudanças.
- Processo Gerenciamento de Configuração.
- Controle de Acordos de Níveis de Serviços (ANS's) de fornecedores internos e externos. (...)

Para comprovar a implemto de tal requisito técnico, a arrematante apresentou os atestados de fls. 1209/1220, dentre os quais estava contido o oriundo da Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN, **emitido em 30.06.2015**, ou seja, pouco após o encerramento do contrato ela firmado.

Verificou-se, conforme análise técnica, que o atestado apresentado contemplava as exigências objetivas contidas no Anexo VI do Edital. É dizer que, pelo conteúdo do atestado apresentado, subscrito pelo Gerente de Tecnologia da Informação do citado órgão, a arrematante prestou os serviços evidenciados no citado atestado. E tal documento confere com o original, como demonstra a autenticação aposta ao final do atestado.

Ademais, conforme ressaltado pela Área Técnica, *os serviços descritos no atestado de capacidade técnica estão cobertos pela expressão contida no objeto do contrato*, que indica a **“execução de serviços de suporte técnico à infra-estrutura de tecnologia da informação da CESAN”**.

Assim, com relação ao procedimento, verifica-se que o documento apresentado reverbera – segundo a CESAN - a realidade ocorrida no curso da execução do contrato de nº 072/2011, de maneira que a empresa NEXA TECNOLOGIA & OUTSOURCING LTDA., contratada à ocasião, realizou – de 19 de abril de 2011 a 18 de abril de 2015, **“(...) o desenho e implantação dos processos de gerenciamento de serviços de TI listados abaixo, entregando artefatos e modelos de documentos utilizados dentro dos processos em conformidade com a biblioteca ITIL:**

- Gerenciamento de Nível de Serviço;
- Cumprimento de Requisição;
- Gerenciamento de Incidente;
- Gerenciamento de Problema;
- Gerenciamento de Conhecimento;
- Gerenciamento de Mudança;
- Gerenciamento de Liberação (...) ”

Ora, tais dados demonstram, conforme análise da área técnica, que a arrematante atendeu às exigências técnicas contidas no edital.

As alegações de que a “LICITANTE RECORRIDA apresentou comprovação da experiência anterior em atividade completamente distinta”, bem como que “o atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida não possui lastro no respectivo contrato”, refogem às atribuições de análise do Pregoeiro, bem como da Área Técnica desta Instituição.

Explico.

O objeto da presente licitação, aliado às exigências técnicas contidas no item 7 do anexo VI do Edital de Pregão nº 2018/012, comprovadas através de atestados técnicos, delineiam as intenções desta Instituição Financeira em obter a prestação dos serviços ora licitados por empresa que – comprovadamente – ***já tenha realizado as atividades delineadas no objeto da licitação*** e especificadas no rol de exigências do item 7 do Anexo VI.

Significa dizer que o atestado de capacidade técnica que indique a prestação de tais serviços é suficiente a demonstrar a aptidão, ou não, da empresa licitante aos objetivos insertos no edital de licitação.

Excetuada a existência de dúvida quanto ao conteúdo do atestado ou a necessidade de complementar alguma informação nele contida - ocasião em que seria necessária a adoção de diligências - o atestado de capacidade técnica é instrumento hábil a demonstrar o exercício das atividades já realizadas pela empresa.

In casu, o atestado firmado pela CESAN revela – sem margem para dúvidas – que a arrematante realizou as atividades insertas no atestado. Diligências foram, pois, prescindíveis, pois o atestado é de conteúdo claro e *smj.*, ao contrário da afirmação da recorrente, é dotado de idoneidade, pois revela as atividades realizadas pela ora arrematante durante o período em que prestou serviços à CESAN.

Assim, a alegação de que “o atestado de capacidade técnica apresentado pela recorrida não possui lastro no respectivo contrato” não elide o conteúdo firmado pela Gerente de Tecnologia de Informação e pelo Diretor de Relações com o Cliente – ambos da CESAN - responsáveis por firmar as informações contidas no atestado de fl. 1216. Leia-se, o atestado apresentado, autenticado em Cartório - portanto, dotado de fé pública - revela o exercício das atividades perquiridas no objeto do presente contrato.

Por óbvio que, por ocasião da análise do atestado em referência - acaso fosse verificado algum elemento ou informação que pudesse importar em dúvida, suspeita de inveracidade ou fraude - seria efetuada uma análise destinada à certificação de seu conteúdo. Entrementes, as informações nele contidas são originadas da CESAN, uma prestadora de serviço público que possui credibilidade e reconhecimento, no estado do Espírito Santo e fora dele.

Ademais, os subscritores do atestado em referência são agentes públicos, ou seja, os atos por eles firmados possuem presunção de veracidade. Assim, como já dito, como o atestado em referência coaduna com as exigências contidas no objeto da presente licitação, bem como fora emitido por agentes públicos dotados de fé pública, fora reconhecida a sua legitimidade.

Dessarte, as dúvidas e a “aparente inveracidade” suscitadas em razões de recurso - registre-se, não vislumbradas pelo Pregoeiro, somenos pela área técnica desta Instituição - devem ser efetuadas *junto ao órgão fiscalizador competente*.

Significa dizer que, no tocante ao atestado de capacidade técnica debatido, cabe ao Pregoeiro analisar sua procedência, autenticidade e, com auxílio da área técnica, aferir se o seu conteúdo diz respeito *ao objeto da licitação em curso* e se atende às *exigências contidas no Edital de licitação desta Instituição*.

Esse foi o caso, já que o atestado apresentado coaduna com o objeto da licitação e com os requisitos técnicos apresentados no item 7, alínea “f” do Anexo VI. Situação diversa, entretanto, é aquela em que o atestado de capacidade técnica revela um serviço que não guarda relação com o objeto da licitação em trâmite, como foi o caso citado pela recorrente, veiculado no item 5 do Informativo nº 192 da Corte de Contas.

No julgamento citado, verificou-se que os serviços mencionados no atestado de capacidade técnica possuíam *natureza diversa* daquela prevista no procedimento licitatório, não cumprindo o objeto do certame em curso à ocasião. Tal fato não guarda relação com o presente caso, já que o objeto mencionado no atestado **reflete exatamente as exigências contidas na alínea “f” do Anexo VI do Edital**, nos termos da análise técnica efetuada pela GETEC.

Por oportuno, reafirmando tal conclusão, é de se ver que os documentos apresentados como anexos às contrarrazões recursais certificam as informações contidas no atestado de capacidade técnica emitido pela CESAN.

Conforme mencionado no atestado de fl. 1216, a arrematante “entregou artefatos e modelos de documentos dentro dos processos em conformidade com a biblioteca ITIL: (...)”. Assim, nos anexos que acompanham as contrarrazões, a partir de fls. 2275/2434 verificam-se os documentos referentes aos “*artefatos resultantes do serviço prestado na CESAN*”.

Além disso, no curso dos “artefatos” apresentados, que representam o trabalho entregue à CESAN, vê-se o detalhamento de cada tópico referente aos processos de Gerenciamento de TI, bem como os relatórios mensais e os formulários de qualidade relacionados a cada processo listado. Neste, é possível verificar a lista de participantes da CESAN nos treinamentos realizados.

Por tais motivos, ***sendo firme o entendimento da equipe técnica responsável pela análise dos atestados apresentados***, observa-se que a arrematante logrou preencher os requisitos técnicos contidos no item 7 do Anexo VI do Edital de Pregão nº 2018/012.

Outro ponto questionado pela recorrente refere-se à planilha de composição de preços apresentada pela arrematante às fls. 1031/1047. As alegações residem no fato de que, em suma, a ***“LICITANTE RECORRIDA ofertou planilha de preços com inúmeros erros de preenchimento, incluindo preços unitários irrisórios ou de valor zero, manifestamente inexequíveis, o que é motivo suficiente para a desclassificação de sua proposta.”***

Contrapondo tais informações, a arrematante informou “que os questionamentos apresentados pela empresa MINDWORKS são referentes à uma primeira versão da planilha, sendo que no dia 01 de março deste ano, foi enviada uma versão com algumas correções que, obviamente não impactaram no valor final da Proposta vencedora.”

De fato, conforme mencionado em contrarrazões, fora apresentada uma nova planilha de custos em correção à anteriormente encaminhada, em razão de algumas incorreções em seu preenchimento.

A nova versão fora encaminhada através do e-mail datado de 01/03/2019, conforme consta à fl. 1259. Entrementes, por equívoco, como relatado na Errata de fl. 2433, foi juntado aos autos apenas a planilha correspondente ao “Quadro Resumo da Prestação de Serviços”, não tendo sido coligidas aos autos as 5 (cinco) outras planilhas integrantes do mesmo anexo e encaminhadas juntamente ao mesmo “Quadro Resumo”. Veja-se:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal
1	Técnico de Suporte N1 e N2	posto	2	R\$ 4.782,01	R\$ 9.564,02
2	Coordenador de Suporte	posto	1	R\$ 10.332,41	R\$ 10.332,41
3	Técnico Suporte N3 - Rede	posto	2	R\$ 7.606,47	R\$ 15.212,94
4	Técnico Suporte N3 - Banco de Dados	posto	1	R\$ 10.683,16	R\$ 10.683,16
5	Plantão	mês	1	R\$ 2.540,77	R\$ 2.540,77
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 48.333,30
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (24 MESES)					R\$ 1.159.999,20

Contudo, conforme já relatado na Errata de fl. 2433, a verificação do conteúdo da “planilha de custos e formação de preços” fora efetuada através do arquivo em xls., de maneira que não

houve prejuízo à análise de seu conteúdo. A nova versão da citada planilha de custos de formação de preços fora juntada às fls. 2435/2452 dos autos.

Ademais, em que pese as considerações suscitadas pela recorrente, eventuais erros no preenchimento da planilha não motivam a desclassificação da proposta caso ela possa ser ajustada sem que haja majoração do preço ofertado.

De acordo com o acórdão 2.546/2015 do Tribunal de Contas da União:

“A existência de erros materiais ou omissões das planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratantes realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto (Acórdão 2.546/2015 – Plenário).

Assim, é possível permitir que a empresa arrematante possa corrigir a planilha apresentada durante o certame. Entretanto, o que está vedado é o aumento do valor total já registrado (Acórdão 1.811/2014 – Plenário).

Ademais, o TCU indicou ser dever da Administração a promoção de diligências para o saneamento de eventuais falhas na proposta, o que fora efetuado no presente caso.

Cabe ressaltar, neste momento, que os valores unitários referentes a cada serviço técnico especificado (Técnico de Suporte N1 e N2, Coordenador de Suporte, Técnico de Suporte N3 – Rede, Técnico de Suporte N3 – Banco de Dados e Plantão) é que não podem ser irrisórios ou iguais a zero, o que não foi o caso.

Por outro lado, a descrição pormenorizada e detalhada de cada um desses itens nas planilhas apresentadas pela arrematante *pode apresentar o quantitativo que a empresa opta por adotar*, sendo seu o ônus pelos lançamentos nelas efetuados. Assim, o detalhamento de cada um desses itens, contido nas planilhas apresentadas, é reflexo das obrigações assumidas da empresa arrematante, ou seja, refletem encargos ou ônus de responsabilidade da própria licitante.

Veja-se:

Acórdão TCU nº 963/2004 - Plenário “(...)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. **Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro.** (...) Voto do Ministro Relator (...) 6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, **o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos.**” (grifou-se)

Feitas essas considerações, também não merece prosperar a alegação de inexecutabilidade de preços unitários formulada pela recorrente.

d) CONCLUSÃO

Destarte, conheço dos recursos interpostos e, no mérito, nego provimento às razões recursais apresentadas pelas empresas ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. e MINDWORKS TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA, mantendo-se vencedora, por consequência, a arrematante **NEXA TECNOLOGIA & OUTSOURCING LTDA.**

Por oportuno, **submeto o presente documento ao Sr. Diretor de Administração e Finanças** do BANDES, nos termos do artigo 83 do Regulamento de Licitações e Contratos do Bandes e item 14.5 do Edital de Pregão Eletrônico nº 2018/012, para julgamento.

Em 11/04/2019.

ANDRESSA MARIA GUJANSKY SANTANA DOS SANTOS

Pregoeira - BANDES